

Programa do Procedimento

Concurso Público n.º 2.2022

Sistemas de Informação em Tempo Real

Fevereiro.2022

Concurso Público n.º 2.2022

(Art.º 130.º e seg. do CCP)

ÍNDICE

PROGRAMA PROCEDIMENTO

Secção I - Disposições Gerais

Procedimento	Artigo 1.º
Objeto do procedimento	Artigo 2.º
Entidade adjudicante	Artigo 3.º
Órgão competente e decisão de contratar	Artigo 4.º
Esclarecimentos, retificações e alteração das peças procedimentais	Artigo 5.º
Impedimentos	Artigo 6.º
Agrupamentos	Artigo 7.º

Secção II - Peças Procedimentais

Acesso às Peças do Procedimento	Artigo 8.º
---------------------------------------	------------

Secção III - Propostas

Proposta e Documentos	Artigo 9.º
Assinatura eletrónica de Documentos	Artigo 10.º
Prazo para apresentação da Proposta	Artigo 11.º
Modo de apresentação da Proposta	Artigo 12.º
Prazo de obrigação de manutenção das propostas	Artigo 13.º
CrITÉrio de Adjudicação	Artigo 14.º
Apreciação de Proposta	Artigo 15.º
Preço Base	Artigo 16.º
Propostas Variantes	Artigo 17.º
Esclarecimentos sobre as Propostas	Artigo 18.º
Exclusão das propostas	Artigo 19.º

Secção IV - Adjudicação

Dever de adjudicação	Artigo 20.º
Notificação da decisão de adjudicação	Artigo 21.º
Causas de não adjudicação	Artigo 22.º
Caducidade da adjudicação	Artigo 23.º

Secção V - Habilitação

Documentos de habilitação	Artigo 24.º
---------------------------------	-------------

Secção VI - Caução

Caução	Artigo 25.º
Modo de prestação da caução	Artigo 26.º

Secção VII - Contrato

Contrato - redução a escrito	Artigo 27.º
Aprovação da Minuta do contrato	Artigo 28.º
Notificação da Minuta do Contrato	Artigo 29.º
Aceitação da Minuta	Artigo 30.º
Outorga do Contrato	Artigo 31.º

Secção VIII - Disposições Finais

Revogação da decisão de contratar	Artigo 32.º
Legislação aplicável	Artigo 33.º

ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III, ANEXO IV, ANEXO V, ANEXO VI, ANEXO VII e ANEXO VIII

CONCURSO PÚBLICO N.º 2.2022

(Artigos 130.º e seg. do CCP)

PROGRAMA PROCEDIMENTO (PP)

(Aquisição de Bens)

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 1.º - Procedimento

O procedimento adotado é o Concurso Público, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 20.º, n.º 1, alínea b) e 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Artigo 2.º - Objeto do Procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto o fornecimento dos seguintes bens:

Sistemas de Informação em Tempo Real.

2. Os bens a fornecer deverão obedecer às especificações e características técnicas constantes da Parte III do caderno de encargos.

Artigo 3.º - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano – Barcelos, Braga, Famalicão e Guimarães - Pessoa Coletiva n.º 509441092, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, telefone: 967071728, e-mail: geral@quadrilatero.eu ou nunocunha@quadrilatero.eu.

Artigo 4.º - Órgão Competente e Decisão de Contratar

1. O órgão competente para a decisão de contratar e autorização da despesa do presente procedimento, é o Presidente em Exercício do Conselho Executivo, nos termos da competência que lhe é conferida pelo art.º 20.º dos estatutos desta associação.

2. A decisão de contratar foi proferida a 14 de julho de 2021, pelo Presidente em Exercício do Conselho Executivo e ratificada em Conselho Executivo de 20 de outubro de 2021.

Artigo 5.º - Esclarecimentos, Retificações e Alteração das Peças Procedimentais

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são prestados pelo órgão competente, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma, até às 23:59 horas do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão prestados até às 23:59 horas do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e notificados a todos os interessados que se inscrevam no procedimento nos termos do artigo anterior, sendo disponibilizados na plataforma.

3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento até ao dia referido no número anterior, salvo o disposto na al. b) do n.º 5 e o n.º 7 do artigo 50.º do CCP.

4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º - Impedimentos

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem em alguma das situações discriminadas no art.º 55.º do CCP, salvo, havendo relevação dos impedimentos, nos termos do artigo 55.º-A do referido código.

Artigo 7.º - Agrupamentos

1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

2. Os membros de um agrupamento candidato ou de um agrupamento concorrente não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.
3. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas os seus membros serão responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo e em regime de responsabilidade solidária.

Seção II - Peças do Procedimento

Artigo 8.º - Acesso às Peças do Procedimento

1. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis no portal eletrónico de compras públicas no seguinte endereço: www.acingov.pt.
2. A disponibilização das peças do concurso previstas no número anterior é gratuita.

Secção III - Propostas

Artigo 9.º - Proposta e Documentos

1. A PROPOSTA é a declaração emitida nos termos do n.º 2 deste artigo, pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, devendo ser constituída pelos seguintes documentos:
 - A. Uma declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP – al. a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP - (conforme Anexo I ao presente programa);
 - B. Documento que contenha os atributos da proposta, com os quais o concorrente se dispõe a contratar, relativo aos seguintes aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo caderno de encargos:
 - a. **Preço**, a discriminar nos termos do disposto no n.º 2.
 - C. Documento que contenha os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais o Quadrilátero pretende que o concorrente se vincule, que são os seguintes:
 - a. As características, especificações e requisitos técnicos dos bens a fornecer, de acordo com o previsto na Parte III do Caderno de Encargos - Especificações Técnicas;
 - b. Condições de pagamento, que será de 60 dias após a receção da fatura nos serviços da entidade adjudicante.
 - D. Um documento que contenha os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento, se for caso disso;
 - E. **Certidão comercial ou certidão permanente**, ou respetivo **código de acesso para consulta** da mesma no sítio da Internet;
 - F. **Ficha de identificação do concorrente**, conforme anexo V ao presente programa.
2. A PROPOSTA deverá conter concretamente os seguintes elementos:
 - a) os preços unitários;
 - b) o **valor global da proposta para a totalidade do fornecimento**, conforme descrito na Parte III do caderno de Encargos (o qual não deve incluir o IVA e deve ser sempre indicado por extenso);
 - c) o **prazo de validade da proposta, se diferente do previsto no artigo 65.º do CCP** (mínimo de 120 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas).
3. Não são admitidas propostas relativas a parte dos bens objeto do procedimento.
4. Os documentos referidos nos números anteriores são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, os documentos referidos nos números um e dois devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 10.º - Assinatura Eletrónica dos documentos

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada ([Lei n.º 96/2015, de 17/08](#)). – **Ver anexo III**
2. Quando o concorrente opte por submeter a proposta e os demais documentos em pastas compactadas (p. exemplos formato zip/ rar) deverá garantir que os mesmos são assinados eletronicamente antes de os compactar e submeter na plataforma.
3. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

Artigo 11.º - Prazo para Apresentação de Propostas

1. A proposta e os documentos que a instruem deverão ser entregues através da plataforma eletrónica de compras, utilizada pelo Quadrilátero, até às **23.59 horas do 30º dia**, após a data do envio para publicação no Diário da República do anúncio do procedimento, com os requisitos constantes do artigo 9.º do presente programa.
2. As propostas serão abertas a partir das 9 horas do dia útil seguinte ao fim do prazo para a apresentação das mesmas.

Artigo 12.º - Modo de Apresentação das Propostas

1. A proposta e os documentos que a constituem são obrigatoriamente apresentados pela seguinte forma:
 - a) Diretamente na plataforma eletrónica de compras www.acingov.pt;
 - b) Salvo indicação expressa em contrário, os documentos que integram a proposta devem ser **apresentados preferencialmente em formato PDF**, assinados digitalmente.

Artigo 13.º - Prazo de Obrigação de Manutenção das Propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas no mínimo pelo prazo de **120 dias**, a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas, de acordo com o previsto no artigo 65.º do CCP.

Artigo 14.º - Critério de Adjudicação

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multi-factor, conforme previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 74º do CCP e de acordo com o ANEXO VIII.

Artigo 15.º - Apreciação das Propostas

1. A análise das propostas será efetuada pelo Júri especificamente nomeado pelo órgão competente para o presente procedimento.
2. Cabe ainda ao júri exercer a competência que lhe seja delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 16.º - Preço Base

1. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento de todos os bens que constituem o objeto do contrato, sendo fixado para o presente procedimento em 324 520,33€, trezentos e vinte e quatro mil e quinhentos e vinte euros e trinta e três centimos, não incluindo o IVA.
2. O preço base referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente os relativos ao transporte de bens e pessoas, alimentação, alojamento, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

Artigo 17.º - Propostas Variantes

1. Não são admitidas propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP.

2. São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo Caderno de Encargos.

Artigo 18.º - Esclarecimentos sobre as propostas

1. Os esclarecimentos acerca das especificações dos bens ou serviços propostos devem ser prestados pelos concorrentes, por escrito, através da plataforma de compras do Quadrilátero, a requerimento do órgão competente ou do júri, consoante o caso.
2. Caso não seja possível aferir da globalidade das especificações dos bens ou serviços propostos, através de esclarecimento prestado por escrito na plataforma de compras, poderá ser efetuada reunião presencial com cada um dos concorrentes para esclarecimento ou demonstração da proposta apresentada, da qual deverá ser elaborada uma ata com as conclusões retiradas na referida reunião e submetida na plataforma, sendo estas conclusões válidas para efeitos de apreciação das propostas.
3. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes não poderão de forma alguma alterar o conteúdo da proposta apresentada, em respeito pelo princípio da imutabilidade das propostas.

Artigo 19.º - Exclusão das Propostas

1. São excluídas as propostas cuja análise revele, nomeadamente:
 - a) Que não apresentem a declaração nos termos da alínea A. do n.º 1 do art.º 9.º, deste programa;
 - b) Que não apresentem algum dos atributos, nos termos do art.º 9.º, n.º 1, B. e C., a.;
 - c) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos não submetidos à concorrência;
 - d) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - e) Que o preço contratual seja superior ao preço base;
 - f) Que a declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP (conforme Anexo I ao presente programa) não contenha a assinatura dos representantes do concorrente com poderes para obrigar, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
 - g) Que contenham um preço ou custo anormalmente baixo não devidamente justificado, nos termos do artigo 71.º do CCP;
 - h) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
 - i) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 9.º do presente programa, sem prejuízo do previsto no número dois;
 - j) Que os documentos que constituem a proposta não sejam redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada;
 - k) Que sejam apresentadas como variantes;
 - l) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto nos artigos 10.º a 12.º;
 - m) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - n) Que não abranjam a totalidade dos bens objeto do presente procedimento.
2. Salvo no que se refere à não apresentação dos documentos com os atributos da proposta, contemplados nas alíneas A., B. e C., do n.º 1 do artigo 9.º deste programa, que determina a exclusão da proposta, a não apresentação dos demais documentos previstos no referido artigo, bem como a apresentação da declaração a que se refere a alínea A. do n.º 1 do artigo 9.º, sem a assinatura do representante legal do concorrente, só determinará a exclusão da proposta depois de ter sido concedido adicionalmente um prazo de 3 (três) dias ao concorrente para apresentar tais documentos, e estes não sejam apresentados.

Seção IV - Adjudicação

Artigo 20.º - Dever de Adjudicação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 23.º, o órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas fixado no artigo 13.º do presente programa.
2. O dever de adjudicação recai sobre o concorrente que apresentar a proposta ordenada em primeiro lugar.
3. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número um, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.

Artigo 21.º - Notificação da Decisão de Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica de compras ou por outro meio de comunicação eletrónico de dados, estando aquela indisponível, juntamente com o relatório final de análise das propostas.
2. Juntamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve igualmente notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 25.º;
 - b) Confirmar, se for caso disso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativas a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
3. As notificações referidas no número anterior devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 22.º - Causas de não Adjudicação

1. Para além dos casos contemplados no artigo 79.º do CCP, não há lugar a adjudicação nomeadamente quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento, após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.

Artigo 23.º - Caducidade da Adjudicação

1. Para além das demais causas legalmente justificadas, a adjudicação caduca, se por facto que lhe seja imputável:
 - a) O adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado no n.º 1 do artigo 24.º ou no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) O adjudicatário não prestar a caução em tempo e nos termos estabelecidos neste programa;
 - c) O adjudicatário não comparecer no dia, hora e local indicado para assinatura do contrato;
 - d) O adjudicatário prestar falsas declarações ou apresentar documentos falsos;
 - e) O adjudicatário apresentar os documentos de habilitação em língua estrangeira, não acompanhados da tradução devidamente legalizada.
2. A não apresentação dos documentos de habilitação por culpa imputável ao adjudicatário, determina a adjudicação ao concorrente que apresentou proposta ordenada em lugar subsequente, mas nunca antes de ser dado um prazo de 5 (cinco) dias ao adjudicatário para se pronunciar sobre esse facto, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Secção V - Habilitação

Artigo 24.º - Documentos de Habilitação

1. Na falta de indicação de outro prazo, o adjudicatário deve apresentar no prazo de 5 dias, a contar da receção da notificação de adjudicação, através da plataforma eletrónica de compras do Quadrilátero, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Ficha de identificação do concorrente, conforme anexo V ao presente programa, caso não tenha sido apresentada conjuntamente com a proposta;
 - b) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao presente programa;
 - c) Documento comprovativo da situação tributária regularizada perante o Estado (Serviço de Finanças);
 - d) Documento comprovativo da sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social;

Visão - Ser o polo de competitividade territorial de excelência no noroeste peninsular, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão - Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero” captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

- e) Cópia da certidão comercial ou certidão permanente, ou respetivo código de acesso para consulta da mesma no sítio da internet, caso ainda não tenha sido apresentada em fase anterior;
 - f) Certificado do registo criminal do próprio concorrente, no caso de pessoa singular, ou no caso de pessoa coletiva, da sociedade e de todos os titulares de órgãos de administração, direção ou gerência, conforme o disposto nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, aplicável por força do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do referido código;
 - g) Demais documentos legalmente exigíveis, que revelem a titularidade das habilitações necessárias ao fornecimento dos bens objeto do contrato a celebrar;
 - h) Plano de prevenção de corrupção e infrações conexas, no caso em que o valor do contrato determine a sua sujeição a fiscalização do tribunal de contas, excetuando o caso de se tratar de pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa devidamente certificada nos termos da lei.
2. A apresentação dos documentos de habilitação anteriormente referidos pode ser substituída pela indicação do sítio da internet onde podem ser consultados os documentos comprovativos, mediante a apresentação da respetiva autorização ou código de acesso respetivo.
3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número 1, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento.

Seção VI - Caução

Artigo 25.º - Caução

- 1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, será exigida ao adjudicatário a prestação de uma caução de 5% do montante global da adjudicação que lhe for efetuada, com exclusão de IVA.
- 2. A caução deve ser prestada no prazo de 10 dias, a contar da receção da notificação a que refere o artigo 21.º do presente programa.
- 3. A caução deve ser apresentada de acordo com uma das seguintes modalidades: depósito em dinheiro, títulos, garantia bancária / seguro – caução, conforme anexo VI e VII do presente programa.

Artigo 26.º - Modo de prestação da caução

A caução deve ser prestada nos seguintes modos:

- a) A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.
- b) O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano, devendo ser especificado o fim a que se destina.
- c) Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
- d) Tratando-se de seguro-caução, é exigida a apresentação de apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assumo, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
- e) Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
- f) Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Seção VII - Contrato

Artigo 27.º - Contrato - Redução a Escrito

- 1. Nos termos previstos no artigo 94.º do CCP, o contrato deve ser reduzido a escrito, através da elaboração do clausulado em suporte de papel.

2. Todas as despesas ou encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicatária, incluindo impostos legalmente devidos e emolumentos do Tribunal de Contas.

Artigo 28.º - Aprovação da Minuta do Contrato

A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, havendo ou não, lugar à apresentação da caução, em simultâneo com a decisão de adjudicação, assinalando expressamente os ajustamentos propostos, nos termos do disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 29.º - Notificação da Minuta do Contrato

A minuta do contrato é notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 100.º do CCP.

Artigo 30.º - Aceitação da Minuta

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
2. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
3. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
4. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 31.º - Outorga do Contrato

1. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias após a aceitação da minuta do contrato, mas nunca antes de/o:
 - a) Apresentados todos os documentos de habilitação;
 - b) Apresentada a caução, caso seja exigível.
 - c) Cumprimento das demais exigências previstas na lei ou no procedimento.
2. Quando a entidade adjudicante assim o entenda, o contrato será submetido na plataforma para assinatura do adjudicatário e posterior devolução.

Secção VIII - Disposições Finais

Artigo 32.º - Revogação da Decisão de Contratar

A decisão de não adjudicação prevista no artigo 23.º determina a revogação da decisão de contratar.

Artigo 33.º - Legislação Aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente previsto no presente programa observar-se-á o disposto em legislação nacional e comunitária, designadamente, o previsto nos seguintes diplomas:

- a) No Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Na Diretiva n.º 2014/24/UE, de 26 de fevereiro;
- c) Na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
- d) No Código de Procedimento Administrativo;
- e) Na demais legislação aplicável.

O Presidente em Exercício do Conselho Executivo

(Mário Constantino)

ANEXO I

Modelo de declaração relativa à al. A. do n.º 1 do art.º 9.º do presente programa

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Concurso Público n.º 2.2022, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Visão - Ser o polo de competitividade territorial de excelência no noroeste peninsular, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão - Dinamizar o ecossistema inovador e a marca "Quadrilátero" captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de Concurso Público n.º 2.2022, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III **(Assinatura Digital dos Documentos)**

Atento o estatuído no artigo 10.º do presente programa, a proposta e os demais documentos a submeter na plataforma deverão conter a assinatura eletrónica do ou dos representantes legais da firma concorrente, nos termos do Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de abril, a saber:

1. Proposta e demais documentos submetidos na plataforma pelo representante legal da firma concorrente:

Assinatura Digital Qualificada (art.º 7.º do referido DL)

- a) A oposição da assinatura eletrónica qualificada do representante legal da firma concorrente, com poderes bastantes para vincular a pessoa coletiva, equivale para todos os efeitos legais à assinatura autógrafa dos documentos com forma escrita;
- b) Quando para obrigar a pessoa coletiva seja necessária mais do que uma assinatura, todos os representantes legais devem assinar eletronicamente os documentos fora da plataforma e posteriormente proceder à sua submissão.

2. Proposta e demais documentos submetidos na plataforma por pessoa que não é representante legal da firma:

- a) Quanto a proposta e demais documentos sejam submetidos por pessoa que não seja o representante legal da firma, este ou todos, caso haja mais do que um, devem apor a sua assinatura eletrónica nos documentos antes de os submeter na plataforma.

3. Procuração para submeter os documentos na plataforma

A procuração conferida pelos representantes legais da firma concorrente a um terceiro, não confere, por si só, poderes para assinar a declaração constante do ANEXO I do presente programa.

4. Assinatura digitalizada:

A apresentação de documento digitalizado com a aposição da assinatura dos representantes legais da firma concorrente não preenche os requisitos da assinatura eletrónica, nos termos do referido Decreto-Lei n.º 62/2003, não possuindo a mesma força probatória.

Anexo IV

Formulário Principal - Instruções de preenchimento

Formulário Principal		
3. Dados relativos a cada proposta, introduzidos ou verificados pelo concorrente no formulário principal		
3.1	Identificação de cada membro do agrupamento	Nome do concorrente (<i>entidade coletiva ou em nome individual</i> , consoante o caso)
3.2	Código da Proposta	O código da proposta deve ser preenchido de acordo com as instruções abaixo indicadas, sendo o incorreto preenchimento fator de exclusão da proposta apresentada (*)
3.3	Prazo de execução do contrato / da obra	Prazo da prestação de serviços ou entrega/fornecimento dos bens (expresso numericamente em dias)
3.4	Valor da proposta	Valor global da proposta ou valor da proposta referente ao lote a que concorre e ao qual o formulário principal se reporta
3.5	Discriminação do valor da proposta por cada um dos membros do agrupamento	Só deve ser preenchido quando o concorrente se apresente sobre a forma de agrupamento de empresas já constituído ou a constituir em caso de adjudicação

(*) - **Devem ser preenchidos tantos formulários principais quantos os lotes a que concorre. bem como tantas as variantes (caso admitidas) e dentro das mesmas um exemplar por cada um dos lotes, tendo por base as instruções de codificação abaixo indicadas:**

- O código da esquerda (X . ____) reporta-se ao lote a que concorre, sendo: O (zero) no caso da proposta global sem separação em lotes; 1 (um) no caso do lote 1; 2 (dois) no caso do lote 2 e assim sucessivamente.
- O código da direita (____ . X) reporta-se à variante a que concorre, sendo: O (zero) no caso da proposta base (conforme solicitado no Caderno de Encargos); 1 (um) no caso da primeira variante (caso sejam admitidas variantes), só podendo ser apresentado após a apresentação da proposta base; 2 (dois) no caso da segunda variante (caso sejam admitidas variantes), só podendo ser apresentado após apresentação do formulário da primeira variante (variante anterior) e assim sucessivamente.

Assim, por exemplo:

- Código à esquerda do ponto (X . ____) Proposta base de um procedimento sem lotes - código 0.0; Proposta base de um procedimento referente ao lote 1 - código 1.0; Proposta base de um procedimento referente ao lote 2 - código 2.0, e assim sucessivamente.
- Código à direita do ponto (____ . X) Proposta base de um procedimento sem lotes - código 0.0; Proposta base de um procedimento referente ao lote 1 - código 0.1; Proposta base de um procedimento referente ao lote 2 - código 0.2, e assim sucessivamente.

Observações:

- O preenchimento do código da proposta deve ser uma junção do código da esquerda com o código da direita, separados por um ponto, devendo ser preenchidos tantos formulários principais quantos(as):
 - os lotes a que concorre dentro de cada procedimento de concurso;
 - as variantes a que concorre, dentro de cada uma das propostas apresentadas, no caso de serem admitidas a apresentação de propostas variantes.

Visão - Ser o polo de competitividade territorial de excelência no noroeste peninsular, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão - Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero” captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

Anexo V

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Denominação:	
Número Contribuinte:	
CAE:	
Endereço Postal:	
Localidade:	
Código Postal:	
Telefone/Telemóvel:	
E-Mail:	
Código de Acesso à Certidão Permanente:	
<u>Dados para pagamentos e/ou recebimentos:</u>	
Entidade Bancária:	
IBAN:	
SWIFT:	
<u>Representante ou representantes legais com poderes para assinar o contrato:</u>	
Nome (s):	
Nome (s):	
Nome (s):	
Outros elementos:	

Anexo VI

Modelo de prestação de caução por garantia bancária ou seguro caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), *upon first demand*, até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Anexo VII

Modelo de prestação de caução por guia de depósito bancário Euros €

Vai (nome do adjudicatário), com sede em (morada), depositar na (sede, filial, agência ou delegação) do (Banco) a quantia de (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos (eliminar o que não interessar), como caução exigida para (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Anexo VIII
Modelo de Avaliação das Propostas
Anexo VII
Modelo de Avaliação das Propostas

As propostas serão avaliadas de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade multi-fator, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do at.º 74º do CCP, atento os fatores e subfatores abaixo descritos.

Fatores e Fórmula

A avaliação das Propostas será efetuada tendo em conta os fatores e subfatores de apreciação e respetivas ponderações, abaixo descritos.

Tabela 1 – Fatores de Apreciação das Propostas

Fator	Explicação
P	Preço Global da Solução
M	Metodologia e Qualidade Técnica da Proposta
Z	Cronograma de Realização
S	Suporte Técnico

A avaliação global da proposta resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$PF = (P \times 0,20) + (M \times 0,40) + (Z \times 0,20) + (S \times 0,20)$$

Em que:

- **PF:** Pontuação final da Proposta em apreciação;
- **P:** Pontuação obtida no fator “Preço Global da Solução”;
- **M:** Pontuação obtida no fator “Metodologia e Qualidade Técnica da Proposta”;
- **Z:** Pontuação obtida no fator “Cronograma de Realização”;
- **S:** Pontuação obtida no fator “Suporte Técnico”;

Nota: Todos os arredondamentos serão feitos às centésimas (duas casas decimais).

Fator P – Preço Global da Solução

Para a apreciação do fator “Preço”, a pontuação de cada proposta será determinada numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), tendo por base a fórmula seguinte:

$$P = [(Pb - Pp) / Pb] \times 100$$

Em que:

- **P:** Pontuação do fator “Preço Global da Solução” resultante da fórmula;
- **Pb:** Preço Base do procedimento;
- **Pp:** Preço da Proposta em apreciação.

Fator M – Metodologia e Qualidade Técnica da Proposta

O fator "Metodologia e Qualidade Técnica da Proposta" pretende aferir o nível de qualidade da proposta apresentada em termos da sua adequação à natureza dos serviços a prestar e das tecnologias a fornecer, tendo em conta os elementos de descrição constantes na Parte III do Caderno de Encargos. As propostas são analisadas em função da clareza, robustez e foco. Neste contexto, serão valorizadas as propostas que, para além de painéis informativos com informação textual, incluam a disponibilização de informação de forma gráfica em múltiplos dispositivos. São avaliados a descrição e adequação da estratégia de resposta a cada um dos objetivos do procedimento, assim como, os métodos previstos para a realização do projeto.

O fator metodologia e qualidade técnica da proposta resulta da pontuação atribuída de acordo com a seguinte tabela.

Tabela 2 – Metodologia e Qualidade Técnica da Proposta

Pontuação	Explicação
100	A proposta prevê a implementação do Sistema de Informação de Transportes em Tempo Real (SizTR) em Painéis Informativos de forma textual e, adicionalmente, também prevê a disponibilização de forma gráfica, quer em painéis informativos, quer através de App móvel e Portal Web. Tanto a metodologia para a implementação do Sistema de Informação de Transportes em Tempo Real (SizTR) como as tecnologias para o desenvolvimento da solução, encontram-se justificadas e consideram-se adequadas.
50	A proposta prevê a implementação do Sistema de Informação de Transportes em Tempo Real (SizTR) em Painéis Informativos de forma textual. Tanto a metodologia para a implementação do Sistema de Informação de Transportes em Tempo Real (SizTR) como as tecnologias para o desenvolvimento da solução, encontram-se justificadas e consideram-se adequadas.
25	A proposta prevê a implementação do Sistema de Informação de Transportes em Tempo Real (SizTR) em Painéis Informativos de forma textual. A metodologia para a implementação do Sistema de Informação de Transportes em Tempo Real (SizTR) ou as tecnologias para o desenvolvimento da solução, encontram-se insuficientemente justificadas ou consideram-se desadequadas.
0	A proposta não define uma Metodologia ou não indica uma proposta de tecnologias para o desenvolvimento e implementação do Sistema de Informação de Transportes em Tempo Real (SizTR) ou algum dos pontos não é considerado adequado.

Fator Z – Cronograma de Realização

Para a apreciação do fator "Cronograma de Realização", a pontuação de cada proposta será determinada numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), sendo as propostas pontuadas utilizando a aplicação da fórmula seguinte:

$$Z = [(Z_m - Z_p) / Z_m] \times 50 + Z_c / 2$$

Em que:

- Z: Pontuação do fator "Cronograma de Realização";
- Z_m: Prazo máximo de execução para a implementação inicial (180 dias);

Visão - Ser o polo de competitividade territorial de excelência no noroeste peninsular, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão - Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero” captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

- Zp: Prazo proposto;
- Zc: Pontuação da avaliação do cronograma da proposta

O valor de Zc resulta da pontuação atribuída de acordo com a seguinte tabela.

Tabela 3 – Critérios para Avaliação do Cronograma da Proposta – (Zc)

Pontuação	Explicação
100	A proposta apresenta um cronograma que está totalmente de acordo com a metodologia apresentada, detalhando de forma credível o quadro temporal de cada tarefa.
50	A proposta apresenta um cronograma que está genericamente de acordo com a metodologia apresentada, detalhando o quadro temporal da maioria das tarefas.
25	A proposta apresenta um cronograma parcialmente de acordo com a metodologia apresentada, não detalhando de forma credível o quadro temporal da maioria das tarefas.
0	A proposta apresenta um cronograma genérico em que não é possível aferir a adequação e credibilidade dos seus conteúdos face à metodologia apresentada.

Fator S – Suporte Técnico

O fator “Suporte Técnico” pretende aferir a adequabilidade e a qualidade proposta para os serviços de manutenção da solução apresentada.

A avaliação do fator relativo ao suporte técnico à manutenção da solução a desenvolver e resulta da pontuação atribuída de acordo com a seguinte tabela.

Tabela 4 – Critérios para Avaliação do Suporte Técnico à Solução Proposta

Pontuação	Explicação
100	A proposta define uma Metodologia para o suporte técnico da solução do Sistema de Informação de Transportes em Tempo Real (SizTR). Identifica o nível de qualidade do serviço (SLA) e define o plano de ações para a manutenção adaptativa e a manutenção evolutiva para o período de 12 meses após a implementação inicial. São definidas todas as ações de suporte técnico, as mesmas são adequadas para o efeito e encontram-se devidamente justificadas.
50	A proposta define uma Metodologia para o suporte técnico da solução do Sistema de Informação de Transportes em Tempo Real (SizTR). São definidas ações de manutenção adaptativa e as mesmas adequam-se para o efeito, para o período de 12 meses após a implementação inicial.
25	A proposta define uma Metodologia para o suporte técnico da solução do Sistema de Informação de Transportes em Tempo Real (SizTR), mas as ações de manutenção previstas não se revelam totalmente adequadas para o efeito.
0	A proposta não define uma Metodologia para o suporte técnico da solução do Sistema de Informação de Transportes em Tempo Real (SizTR). Não estão previstas ações de manutenção.